



RELATÓRIO ANUAL

2 0 1 7

Relatório da Administração
Balanço Patrimonial
Demonstração de Sobras ou Perdas
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria
Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB SERVIDORES completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB SERVIDORES obteve um resultado de R\$ 379.292,46 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 1,61%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 28.933.080,31. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 29.852.011,29. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	29.852.011,29	100%
--------------------	---------------	------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 3,82% da carteira, no montante de R\$ 3.603.123,98.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 33.897.017,63, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 42,24%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	6.573.108,56	19,39%
Depósitos à Prazo	27.323.909,07	80,61%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 33,56% da captação, no montante de R\$ 19.362.941,14.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB SERVIDORES era de R\$ 23.571.775,46. O quadro de associados era composto por 2.272 cooperados, havendo um acréscimo de 5,43% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alcadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SERVIDORES adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,59% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2017, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB SERVIDORES aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria do SICOOB SERVIDORES registrou 10 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 10 reclamações, 06 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Vitória / ES, 31 de dezembro 2017.

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

2017

BALANÇO PATRIMONIAL - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - NOTAS EXPLICATIVAS - RELATÓRIO DE AUDITORIA - PARECER DO CONSELHO FISCAL

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES

CNPJ 01.330.295/0001-27

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	42.832.376,15	35.268.754,89	CIRCULANTE	37.590.415,87	26.947.860,86
DISPONIBILIDADES	(NOTA 3.c)	179.321,34	323.866,46	DEPÓSITOS	(NOTA 10)
RELACIONES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 4)	28.933.080,31	21.227.483,37	Depósitos à Vista	33.897.017,63
Centralização Financeira - Cooperativas		28.933.080,31	21.227.483,37	Depósitos a Prazo	6.573.108,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 5)	13.203.742,57	12.786.338,36	OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.323.909,07
Operações de Crédito		13.203.742,57	12.786.338,36	Cobrança e Arrecadação de Tributos	3.693.398,24
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 6)	465.467,56	931.066,70	Sociais e Estatutárias	24.577,53
Créditos por Avais e Fianças Honrados		19.548,52	-	Fiscais e Previdenciárias	4.092,90
Diversos		464.819,86	931.066,70	Diversas	2.082.457,40
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(18.900,82)	-		109.381,09
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 7)	50.764,37	-		124.663,42
Outros Valores e Bens		287,00	-		1.376.982,22
Despesas Antecipadas		50.477,37	-		1.304.101,19
NÃO CIRCULANTE	18.331.487,79	14.249.869,36	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.573.448,07	22.570.763,39
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		16.213.135,69	12.492.563,21	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 5)	16.213.135,69	12.492.563,21	De Domiciliados no País	13.808.000,39
Operações de Crédito		16.213.135,69	12.492.563,21	(Capital a Realizar)	13.815.861,89
PERMANENTE		2.118.352,10	1.757.306,15	RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 13b)
INVESTIMENTOS	(NOTA 8)	979.481,34	638.841,98	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 13c-d)
Outros Investimentos		1.053.347,63	712.708,27		379.292,46
(Provisões para Perdas)		(73.866,29)	(73.866,29)		643.014,80
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 9)	1.136.780,00	1.115.623,92		
Imóveis de Uso		972.908,16	915.893,50		
Outras Imobilizações de Uso		1.112.077,28	1.057.013,20		
(Depreciação acumulada)		(948.205,44)	(857.282,78)		
INTANGÍVEL		2.090,76	2.840,25		
Outros Ativos Intangíveis		3.648,81	3.648,81		
(Amortização acumulada)		(1.558,05)	(808,56)		
TOTAL DO ATIVO	61.163.863,94	49.518.624,25	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.163.863,94	49.518.624,25

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS
Contador - CRC 102099/O-7

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES
CNPJ 01.330.295/0001-27

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2017	31/12/2017	31/12/2016
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.548.441,53	8.630.353,26	7.646.472,54
Operações de Crédito	4.548.441,53	8.630.353,26	7.367.391,58
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	279.080,96
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.619.541,46)	(3.125.412,72)	(2.405.313,99)
Operações de Captação no Mercado	(1.617.197,41)	(3.058.870,50)	(2.159.506,65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.344,05)	(66.542,22)	(245.807,34)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.928.900,07	5.504.940,54	5.241.158,55
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.184.476,11)	(5.017.628,96)	(4.364.250,32)
Receitas de Prestação de Serviços	278.291,46	477.851,88	279.511,60
Rendas de Tarifas Bancárias	1.298,80	2.556,48	1.639,28
Despesas de Pessoal	(2.143.572,23)	(3.884.396,73)	(3.566.055,66)
Outras Despesas Administrativas	(1.791.360,40)	(3.545.343,90)	(2.794.753,19)
Despesas Tributárias	(65.258,29)	(96.031,09)	(56.625,65)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 16	1.388.243,57	3.021.456,84	2.924.226,44
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 17	(852.119,02)	(993.722,44)	(1.152.193,14)
RESULTADO OPERACIONAL	(255.576,04)	487.311,58	876.908,23
RESULTADO NÃO OPERACIONAL Nota 18	7.867,10	(12.973,01)	(42.932,00)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(247.708,94)	474.338,57	833.976,23
Provisão para Imposto de Renda	-	(80,66)	(9.890,30)
Provisão para Contribuição Social	-	(142,33)	(11.208,21)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(247.708,94)	474.115,58	812.877,72
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	(9.109,22)
F A T E S - Atos Cooperativos - Nota 13.d	-	(47.411,56)	(80.376,85)
Reserva Legal - Nota 13.d	-	(47.411,56)	(80.376,85)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	(247.708,94)	379.292,46	643.014,80
Juros ao Capital	(640.644,57)	(640.644,57)	(1.103.115,24)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS
Contador - CRC 102099/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES
CNPJ 01.330.295/0001-27

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
Saldos em 31/12/2015	11.031.628,35	(2.335,66)	2.400.656,08	6.438.734,09	455.680,27	20.324.363,13
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reservas	-	-	227.840,14	-	(227.840,14)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	1.399.253,22	(4.019,68)	-	-	-	1.395.233,54
Por Devolução (-)	(722.531,46)	-	-	-	-	(722.531,46)
Reversão de Reservas	-	-	(1.767,94)	-	-	(1.767,94)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	812.877,72	812.877,72
Subscrição dos Juros ao Capital	1.079.914,60	-	-	-	-	1.079.914,60
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(9.109,22)	(9.109,22)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	80.376,85	-	(80.376,85)	-
F A T E S	-	-	-	-	(308.216,98)	(308.216,98)
Saldos em 31/12/2016	12.788.264,71	(6.355,34)	2.707.105,13	6.438.734,09	643.014,80	22.570.763,39
Movimentação de Capital						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao FATES	-	-	-	-	(450.110,36)	(450.110,36)
Constituição de Reservas	-	-	192.904,44	-	(192.904,44)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	1.487.472,18	(1.506,16)	-	-	-	1.485.966,02
Por Devolução (-)	(1.089.535,99)	-	-	-	-	(1.089.535,99)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	474.115,58	474.115,58
Subscrição dos Juros ao Capital	629.660,99	-	-	-	-	629.660,99
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	47.411,56	-	(47.411,56)	-
F A T E S	-	-	-	-	(47.411,56)	(47.411,56)
Saldos em 31/12/2017	13.815.861,89	(7.861,50)	2.947.421,13	6.438.734,09	379.292,46	23.573.448,07

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
 Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
 Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
 Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS
 Contador - CRC 102099/O-7

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES

CNPJ 01.330.295/0001-27

	2º SEMESTRE DE 2017	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	(247.708,94)	474.338,57	1.937.091,47
IRPJ / CSLL	-	(222,99)	(21.098,51)
Provisão para Operações de Crédito	-	-	(245.807,34)
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(1.103.115,24)
Depreciações e Amortizações	68.992,00	139.295,15	(110.839,68)
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	(178.716,94)	613.410,73	456.230,70
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Títulos e Valores Mobiliários		7.107.598,85	
Operações de Crédito	244.212,78	(4.137.976,69)	(2.794.670,15)
Outros Créditos	(28.890,56)	465.599,14	(696.673,80)
Outros Valores e Bens	15.161,22	(50.764,37)	-
Depósitos a Vista	1.226.812,30	2.002.774,94	(394.160,03)
Depósitos a Prazo	3.618.169,10	8.063.213,58	4.349.133,30
Relações Interdependências	-	-	(2.007,51)
Outras Obrigações	(125.548,64)	576.566,49	527.926,47
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	4.771.199,26	7.532.823,82	8.553.377,83
Aquisição em Investimentos	(296.386,78)	(340.639,36)	(287.450,15)
Aquisição em Imobilizado de Uso	(33.893,79)	(159.701,74)	(20.650,06)
Aplicação no Intangível	-	-	(2.031,69)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(330.280,57)	(500.341,10)	(310.131,90)
Aumento por novos aportes de Capital	774.524,23	1.485.966,02	1.395.233,54
Devolução de Capital à Cooperados	(898.437,16)	(1.089.535,99)	(722.531,45)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	-	(1.767,94)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(450.110,36)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(9.109,22)
FATES Sobras Exercício	(47.411,56)	(47.411,56)	(308.216,99)
Subscrição do Juros ao Capital	629.660,99	629.660,99	1.079.914,60
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	458.336,50	528.569,10	1.433.522,54
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.899.255,19	7.561.051,82	9.676.768,47
No início do período	24.213.146,46	21.551.349,83	11.874.581,36
No fim do período	29.112.401,65	29.112.401,65	21.551.349,83
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	4.899.255,19	7.561.051,82	9.676.768,47

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS
Contador - CRC 102099/O-7

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1996, filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SERVIDORES tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema

Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 9 de março de 2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	179.321,34	323.866,46
Relações interfinanceiras	28.933.080,31	21.227.483,37
TOTAL	29.112.401,65	21.551.349,83

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da

Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	28.933.080,31	21.227.483,37
TOTAL	28.933.080,31	21.227.483,37

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	- Normal	2.181.515,59	-	2.181.515,59	-	1.184.189,62	-
A	0,5% Normal	12.461.364,75	24.860,26	182.711,74	12.668.936,75	(63.345,17)	16.134.490,14
B	1% Normal	10.031.515,69	293.213,25	753.910,35	11.078.639,29	(110.786,39)	5.411.452,33
B	1% Vencidas	0,00	4.658,58	-	4.658,58	(46,59)	36.365,80
C	3% Normal	2.922.286,00	75.857,76	160.130,69	3.158.274,45	(94.748,23)	1.817.023,26
C	3% Vencidas	9.367,41	32.341,70	-	41.709,11	(1.251,27)	6.727,19
D	10% Normal	532.488,88	10.528,80	29.338,18	572.355,86	(57.235,59)	868.904,93
D	10% Vencidas	-	4.208,00	-	4.208,00	(420,80)	21.747,39
E	30% Normal	-	-	-	-	-	41.658,71
E	30% Vencidas	32.495,88	4.674,88	-	37.170,76	(11.151,23)	956,88
F	50% Normal	-	-	-	-	-	55.369,53
F	50% Vencidas	15.138,33	-	-	15.138,33	(7.569,17)	38.828,16
G	70% Vencidas	-	2.753,25	-	2.753,25	(1.927,28)	-
H	100% Normal	65.619,25	1.100,00	-	66.719,25	(66.719,25)	59.399,56
H	100% Vencidas	17.570,00	2.362,07	-	19.932,07	(19.932,07)	36.358,01
Total Normal	28.194.790,16	405.560,07	1.126.090,96	29.726.441,19	(392.834,64)	25.572.488,08	(375.770,10)
Total Vencidos	74.571,62	50.998,48	-	125.570,10	(42.298,40)	140.983,43	(58.799,84)
Total Geral	28.269.361,78	456.558,55	1.126.090,96	29.852.011,29	(435.133,03)	25.713.471,51	(434.569,94)
Total Provisões	(404.327,14)	(14.614,49)	(16.190,40)	(435.133,03)	(434.569,94)	-	-
Total Líquido	27.865.033,64	441.944,06	1.109.900,56	29.416.878,26	-	25.278.901,57	-

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	5.444.310,31	6.974.954,72	15.689.931,03	28.109.196,06
Financiamentos	98.382,81	268.347,58	759.360,57	1.126.090,96
Títulos Descontados	160.165,72	0,00	0,00	160.165,72
TOTAL	5.702.858,84	7.243.302,30	16.449.291,60	29.395.452,74

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Pessoa Física	456.558,55	29.235.287,02	160.165,72	29.852.011,29	100%
TOTAL	456.558,55	29.235.287,02	160.165,72	29.852.011,29	100%

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(434.569,94)	(365.723,83)

Constituições / Reversões no período	(32.169,92)	(245.808,74)
Transferência / Reversões para prejuízo	31.606,83	176.962,63
TOTAL	(435.133,03)	(434.569,94)

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	291.850,48	1,00%	357.280,64	1,00%
10 Maiores Devedores	1.915.965,90	6,00%	1.700.186,83	7,00%
50 Maiores Devedores	5.889.287,57	20,00%	5.134.744,78	20,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	323.015,69	181.310,89
Valor das operações transferidas no período	47.115,99	176.962,63
Valor das operações recuperadas no período	(61.026,63)	(35.257,83)
TOTAL	309.105,05	323.015,69

g) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 6.572.224,17, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avals e Fianças Honrados	19.548,52	-
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	56.745,76	64.192,37
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	43.464,13	-
Adiantamentos por conta de imobilizações (b)	135.224,14	55.700,49
Imposto e contribuições a compensar (c)	214.496,20	383.537,10
Devedores diversos – país (d)	14.889,63	427.636,74
(-) Provisões para Outros Créditos (e)	(18.900,82)	-
TOTAL	465.467,56	931.066,70

(a) refere-se à adiantamento concedido para férias e salários de funcionário;

(b) refere-se à aquisição de bens, materiais, etc., por conta de imobilizações em andamento;

(c) refere-se a valores de INSS, ISS, IRPJ e CSLL que serão compensados mediante PERDCOMP no próximo exercício;

(d) refere-se a diferença de caixa (R\$ 793,98), pendências a regularizar - Bancoob (R\$ 390,00), empresa conta descontos em folha (R\$ 3.904,92) e transitória – avais e fianças honrados (R\$ 9.800,73);

(e) a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017
Material em Estoque	287,00
Prêmios de seguros	3.080,31
Vale refeição e alimentação	45.108,00
Vale transporte	2.289,06
TOTAL	50.764,37

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sicoo Central Rio	955.683,34	685.188,66
Bancoob	23.798,00	23.798,00
TOTAL	979.481,34	638.841,98

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Edificações	972.908,16	915.893,50	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(223.640,11)	(184.221,68)	
Instalações	16.137,46	16.137,46	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(14.431,58)	(13.816,15)	-
Móveis e equipamentos de Uso	452.358,22	408.019,68	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(295.661,35)	(265.408,66)	-
Sistema de Comunicação	34.609,04	34.609,04	20%
Sistema de Processamento de Dados	449.919,36	397.987,56	10%
Sistema de Segurança	14.053,20	7.636,46	10%
Sistema de Transporte	145.000,00	192.623,00	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(414.472,40)	(393.836,29)	-
TOTAL	1.136.780,00	1.115.623,92	

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	6.573.108,56	4.570.333,62
Depósito a Prazo	27.323.909,07	19.260.695,49
TOTAL	33.897.017,63	23.831.029,11

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

b) Concentração dos principais aplicadores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	1.544.424,41	5,00%	1.380.485,43	6,00%
10 Maiores Depositantes	8.447.489,43	25,00%	7.243.316,95	31,00%
50 Maiores Depositantes	18.099.730,96	54,00%	14.367.109,85	61,00%

c) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Pessoa Física	32.825.841,53	23.001.554,88
Depósito à Vista	6.551.440,06	4.519.932,38
Depósito à Prazo	26.274.401,47	18.481.622,50
Pessoa Jurídica	1.071.175,50	829.474,23
Depósito à Vista	21.667,90	50.401,24
Depósito à Prazo	1.049.507,60	779.072,99
TOTAL	33.897.017,03	23.831.029,11

11. Outras Obrigações

11.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IOF a recolher	24.577,53	4.092,90
TOTAL	24.577,53	4.092,90

11.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES de resultado de atos com associados (a)	1.389.076,04	986.017,90
FATES de resultado de atos com não associados (a)	41.311,18	41.996,20
Cotas de Capital a Pagar (b)	652.070,18	655.960,14
TOTAL	2.082.457,40	1.683.974,24

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições Sobre Lucros A Pagar		4,00
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	25.157,11	18.853,56
Impostos e contribuições sobre salários	170.021,87	102.904,44
Outros	14.202,11	2.901,42
TOTAL	209.381,09	124.663,42

11.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	366.408,02	229.371,76
Provisão para Passivos Contingentes (d)	512.240,00	319.511,25
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	57.176,49	
Credores Diversos – País (c)	441.157,71	755.218,18
TOTAL	1.376.982,22	1.304.101,19

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 253.376,89) e outras despesas administrativas (R\$ 113.031,13)

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 01/2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 57.176,49, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 412,11), diferença de caixa (R\$ 1.019,67), pagamentos a processar (R\$ 22.139,46), outros (R\$ 414.891,47) e cheques depositados (R\$ 2.695,00).

(d) O grupo de provisão para passivos contingentes trata-se de valores provisionados para suportar prováveis perdas decorrentes de ações judiciais em que o SICOOB SERVIDORES figura no polo passivo, conforme parecer emitido por sua assessoria jurídica. Está assim composta:

Provisão para Passivos Contingentes	31/12/2017	31/12/2016
Cível	512.240,00	319.511,25
TOTAL	512.240,00	319.511,25

Conforme resposta dos assessores jurídicos, que são os responsáveis pela informação das contingências, em consonância ao pronunciamento do CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, houve a reversão novos provisionamentos e atualização de valores no exercício.

12. Instrumentos financeiros

O SICOOB SERVIDORES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	13.808.000,39	12.781.909,37
Associados	2.272	2.155

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/04/2017, os cooperados deliberaram pelo destino ao FATES (R\$ 450.110,36) e fundo de reserva (R\$ 192.904,44).

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	474.115,58	812.877,72
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	(9.109,22)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	474.115,58	803.768,50
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(47.411,56)	(80.376,85)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(47.411,56)	(80.376,85)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	379.292,46	643.014,80

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	299.238,97
Despesas específicas de atos não cooperativos	(139.637,04)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(181.545,79)
Resultado operacional	(21.943,86)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(12.973,01)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.916,87)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(34.916,87)

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	12.776,98	46.141,35	88.302,98
Ingressos de depósitos intercooperativos	1.027.129,86	2.244.347,72	2.247.789,61
Outras	5.915,63	5.915,63	-
Outras rendas operacionais	342.421,10	725.052,14	588.133,85
TOTAL	1.388.243,57	3.021.456,84	2.924.226,44

17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de provisões passivas	(142.054,81)	(266.582,37)	-
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(878,81)	(878,81)	(27.508,06)

Despesas de juros ao capital	(640.644,57)	(640.644,57)	(1.103.115,24)
Outras despesas operacionais	(68.540,83)	(85.616,69)	(21.569,84)
TOTAL	(852.119,02)	(993.722,44)	(1.152.193,14)

18. Resultado não operacional

Descrição	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	7.000,00	7.000,00	-
Ganhos de Capital	867,10	867,10	283,06
(-) Outras Despesas não Operacionais		(20.840,11)	(43.215,06)
Resultado Líquido	7.867,10	(12.973,01)	(42.932,00)

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	1.497.009,82	1,92%
Montante das Operações Passivas	1.733.201,91	8,03%

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Dúvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.889,01	(388,26)	1%
Empréstimo	686.592,63	(5.599,57)	2%
Financiamento	12.534,95	(62,67)	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	212.871,67	3,29%	0%
Depósitos a Prazo	1.982.554,08	7,26%	0,88%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	4%	4%
Empréstimos	2,61%	2,61%
Financiamento	2,1%	2,1%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,09%	1,09%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	101,01%	101,01%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO A CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	1,9%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,04%

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(604.049,88)
Encargos Sociais	(94.941,43)
Benefícios	(153.838,51)

20. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SERVIDORES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-

partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

21. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

21.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

21.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SERVIDORES objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SERVIDORES possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SERVIDORES objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SERVIDORES possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SERVIDORES objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Veículos	250.000,00	235.000,00
TOTAL	250.000,00	235.000,00

23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 23.571.775,46, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017, com percentual de índice de Basileia 62,94%.

24. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017.

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS
Contador - CRC 102099/O-7

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 16 de março de 2018



Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC –
SP 280575/O
CNAI 4726

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do **Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SERVIDORES**, em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e Relatório da Auditoria, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e encontrado tudo em perfeita ordem, de acordo com a escrituração e com o que determina a legislação pertinente, consideram que refletem a situação econômica financeira da cooperativa e recomendam a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória (ES), 28 de Março de 2018.

Djalma Faustino da Silva
Conselheiro efetivo

Fábio Coutinho Barros
Conselheiro efetivo

Nemerson Mônico Comério
Conselheiro efetivo